

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.477 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2002

Comissão de Segurança vota hoje relatório final com 17 propostas

Três emendas constitucionais e 14 projetos de lei, com alterações na legislação penal do país, integram o documento que deverá ser examinado a partir das 14h como resultado de dois meses de trabalho de senadores e deputados



Dos 14 projetos aprovados pela comissão, sete visam combater a lentidão da Justiça – problema apontado como responsável pela impunidade

A Comissão Mista de Segurança Pública deve votar hoje, a partir das 14h, o relatório final, com 17 proposições. A reunião encerra 60 dias de trabalho, em que foram analisados projetos que combatem a lentidão da Justiça, a impunidade, a participação em organizações criminosas, o seqüestro e o porte de armas. Outro ponto importante das atividades foi a proposta de unificação das polícias, no prazo de oito anos. Os integrantes da comissão não chegaram a acordo quanto ao projeto de redução da maioria penal de 18 para 16 anos. O presidente do colegiado, Iris Rezende, afirmou que, em função da complexidade do tema, decidiu-se discutir o assunto nos Plenários da Câmara e do Senado.

PÁGINA 5

Senado analisa MP que institui taxa extra nas contas de energia

O custo da expansão da oferta de energia é rateado entre os consumidores, conforme a MP que o Senado examina hoje

PÁGINA 3



Ministro debate sobretaxa ao aço

A imposição de sobretaxas pelo governo dos EUA a produtos siderúrgicos brasileiros é tema de exposição do ministro Sérgio Amaral hoje, a partir das 15h, no Plenário do Senado. A presença de Amaral atende a requerimentos dos senadores Paulo Hartung e Romero Jucá.

PÁGINA 3

General fala sobre atividades da Abin

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência deve ouvir hoje, a partir das 15h, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, sobre as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

PÁGINA 6



Potencial econômico do Vale do Gurguéia motiva projeto de Freitas Neto

Freitas Neto quer nova universidade federal no Piauí

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) apresentou projeto de lei que cria a Universidade Federal do Gurguéia, na cidade de Bom Jesus, no sul do Piauí. A nova universidade seria criada com base no desmembramento do campus avançado da Universidade Federal do Piauí, que tem sede em Teresina, mas dispõe também de instalações em Bom Jesus que permitiriam a formação de uma nova instituição para atender à necessidade de desenvolvimento de toda a região do Vale do Gurguéia, de enorme potencial econômico.

Em sua justificativa, o senador Freitas Neto explica que o Vale do Gurguéia tem uma das maiores reservas hídricas do mundo, um imenso lençol freático, além de oito milhões de hectares de cerrado (uma das últimas fronteiras agrícolas do país), e um semi-árido que requer atenção especial. A Universidade do Gurguéia seria, portanto, inteiramente voltada para a pesquisa e o desenvolvimento econômico, por meio do aproveitamento do potencial da região e de melhoramentos em sua superfície semi-árida.

Com o desmembramento, a Universidade Federal do Piauí manteria a denominação e a localização em Teresina. A Universidade do Gurguéia (nome de um rio do sul do estado) teria, inicialmente, os cursos, professores e quadro funcional do campus avançado da Universidade Federal do Piauí localizado em Bom Jesus.

Profissão ligada ao turismo pode ser regulamentada

Comissão examina projeto de Moreira Mendes que define, entre as atividades específicas do turismólogo, a criação e implantação de roteiros turísticos

Os integrantes da Comissão de Educação (CE) analisam hoje, a partir das 11h30, projeto de lei que regulamenta a profissão de turismólogo. De acordo com a proposta, apresentada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), entre as atividades específicas dos profissionais de turismo estarão a direção de instituições e estabelecimentos ligados ao setor e a criação e implantação de roteiros turísticos.

A profissão de turismólogo será exercida, segundo o projeto, por diplomados em curso superior de Turismo ou Hotelaria, diplomados em curso similar feito no exterior, após revalidação do diploma, e pelos que, embora não diplomados até a eventual aprovação do projeto, exerçam a atividade há pelo menos cinco anos.

“Apesar de o turismo representar cada vez mais um caminho promissor para a economia do país, não existe ainda uma preocupação maior para com os profissionais que nele trabalham, tanto que até o momento ainda não foi reconhecida e regulamentada a sua profissão”, afirma Moreira na justificativa da



Moreira Mendes salienta crescente importância econômica do turismo

proposta, que tem parecer favorável do relator da matéria, senador Álvaro Dias (PDT-PR).

Também estará em pauta projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que assegura vagas, na rede pública de ensino, aos filhos de profissionais que exercem atividade itinerante. A recusa da vaga, de acordo com a proposta, implicaria crime de responsabilidade da autoridade competente.

Requião sustenta, na justificativa do projeto, que a realização de espetáculos de diversão pública requer dos artistas e de suas famílias constante mudança de domicílio.

“Tal mobilidade gera prejuízos ao rendimento escolar dos alunos, que podem ser agravados pela eventual dificuldade de inserção das crianças nos estabelecimentos de ensino nas cidades onde os espetáculos são realizados”, observa.

O projeto tem parecer favorável do relator, senador Paulo Hartung (PSB-ES), com emenda que acrescenta ao texto uma referência ao Decreto-Lei 201, de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade de prefeitos e vereadores. O relator recorda, em seu parecer, que “a maioria de nossas escolas de ensino fundamental está sob a responsabilidade dos governos municipais”.

Serão analisados ainda pela comissão dois projetos de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) — com parecer favorável da relatora de ambos, Marluce Pinto (PMDB-RR) — que alteram os nomes de pontes localizadas no município de Bonfim (RR). A CE deverá também ratificar a votação de dois projetos, apreciados quando a pauta do Plenário encontrava-se trancada. Um deles altera o nome do Aeroporto de Rio Branco e o outro procura garantir a matrícula em estabelecimentos de ensino superior de alunos de segundo grau prejudicados por greves de professores.

Comissão de Orçamento vota créditos especiais

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), deverá analisar, em sua reunião prevista para hoje, a partir das 14h30, projetos de lei que abrem nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, créditos especiais no valor total de R\$ 111,26 milhões.

A comissão examinará, ainda, projetos de decreto legislativo para a execução das seguintes obras previstas no Orçamento da União des-

te ano: construção do anel rodoviário no corredor Fronteira-Norte (BR-364), em Rio Branco (AC); duplicação de trechos rodoviários no corredor transmetropolitano da BR-381, entroncamento da BR-116, na divisa de Minas Gerais com São Paulo; construção do contorno ferroviário no Corredor Sudoeste, no município de Campo Grande (MS); e construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica e aproveitamento hidroagrícola do Rio Balsamo, em Palmeira dos Índios (AL).



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: comparecimento do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, para prestar esclarecimentos sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas na economia brasileira e as medidas que serão adotadas pelo governo brasileiro.

18h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 14/01, dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, e dá nova redação às Leis nºs 9.427/98, nº 3.890-A/61, nº 5.655/71, nº 5.899/73 e nº 9.991/00.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: entre outros, PRS nº 10/01, acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 99 do PRS nº 93, de 1970, para estabelecer que o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: entre outros, PLS nº 268/01, altera o artigo 29 da Lei nº 6.533/78, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão Mista de Segurança
Pauta: Leitura e votação do relatório final. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de atas e relatórios. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

15h — Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI)
Pauta: exposição do ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso. Plenário nº 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h — CPI das ONGs
Pauta: depoimento de Hector Garibotti e Luiz Antônio Nascimento de Souza, da Associação Amazônia. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: entre outros, PLS nº 429/99, dispõe sobre o comparecimento bienal dos chefes de missões diplomáticas perante o Senado. Pauta extra: entre outros, Requerimento nº 136/02, do senador Geraldo Cândido, solicitando voto de censura ao governo de Israel pela invasão militar da Cisjordânia, Estado Palestino. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Após a Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: entre outros, PLS nº 239/00, veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores debatem com Sérgio Amaral protecionismo dos EUA

A imposição de sobretaxas pelo governo dos Estados Unidos a produtos siderúrgicos brasileiros será o tema principal de exposição a ser feita hoje, em Plenário, a partir das 15h, pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral. Ele deverá prestar esclarecimentos a respeito dos efeitos das medidas protecionistas norte-americanas na economia brasileira e as providências que serão adotadas pelo Brasil para enfrentá-las.

A presença de Amaral atende a requerimentos apresentados pelos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Romero Jucá (PSDB-RR). Na justificativa de seu requerimento, Hartung sustenta que "as últimas medidas tarifárias anunciadas pelo governo dos Estados Unidos da América representam um claro bloqueio ao livre comércio tão propagado pelos norte-americanos".

LAFER

Há duas semanas, o tema já foi tratado em Plenário pelo minist



Sérgio Amaral, ministro do Desenvolvimento, explicará as medidas adotadas pelo Brasil

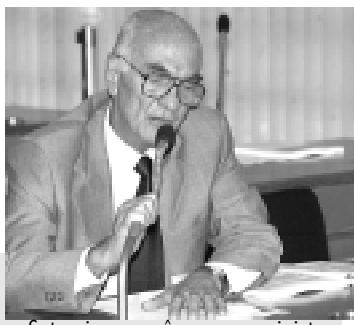
tro das Relações Exteriores, Celso Lafer, que previu para breve uma revisão da medida pelos Estados Unidos. O ministro narrou entendimentos sobre o assunto mantidos pelo governo brasileiro com os Estados Unidos e junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). E citou projeções feitas pelo setor siderúrgico nacional segundo as quais o Brasil poderia vir a perder US\$ 290 milhões por causa das medidas adotadas por Washington para proteger sua indústria siderúrgica.

Comissão pode convocar dois ministros para depor

Entre os 13 itens que os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vão analisar na reunião marcada para as 17h30 de hoje, constam dois requerimentos de convocação de ministros de Estado. O primeiro, apresentado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), solicita reunião com o ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, para tratar das condições das rodovias federais. O segundo, do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), sugere a presença do ministro de Minas e Energia, Francisco Gomide, para descrever a situação do Programa Energético Nacional, especialmente o andamento das obras das usinas termelétricas.

Um terceiro requerimento, do senador Romero Jucá (PSDB-RR), propõe reunião com o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para que ele relate as medidas de melhoramento dos aeroportos com vistas ao incremento do turismo.

Dois projetos abordam a questão do horário de verão, um do Senado e outro da Câmara. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) quer vedar a implantação do ho-



Saturnino propôs que o ministro de Minas e Energia fale sobre o Programa Energético Nacional

rário de verão em Goiás, Tocantins e Distrito Federal. A matéria é terminativa na CI, recebeu voto favorável do relator, Mauro Miranda, e dois votos em separado, dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O outro projeto define datas e regiões do país que poderão adotar o horário de verão. O relator, senador Eduardo Siqueira Campos, sugere a aprovação do projeto da Câmara.

Constam também da pauta cinco projetos de lei, em caráter terminativo na comissão, que alteram traçados ou nomenclaturas de rodovias federais. Dois deles recomendam a inclusão de duas novas estradas na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Plenário analisa medida provisória do setor elétrico

A MP eleva o preço da energia consumida em residências e indústrias para compensar as distribuidoras pelas perdas com o racionamento

A medida provisória (MP) que disciplina a expansão da oferta emergencial de energia elétrica será analisada hoje pelo Plenário, em sessão extraordinária prevista para as 18h30. A MP estabelece que os custos relativos à aquisição de energia são rateados entre todos os consumidores finais, excluídos os residenciais e rurais cujo consumo seja inferior a 350 quilowatts.

A MP foi aprovada pelo Plenário da Câmara no dia 10, sob a forma de projeto de lei de conversão apresentado pelo relator da matéria, deputado José Carlos Aleluia

(PFL-BA). De acordo com o texto, a taxa extra nas contas de energia, para compensar as distribuidoras pelas perdas decorrentes do racionamento, elevam as contas de luz residenciais em 2,9% e as empresariais em 7,9%.

NOVOS TRIBUNAIS

Nesta semana, aguardam deliberação dos senadores duas propostas de emenda à Constituição e nove projetos de lei. Amanhã, o Senado vota proposta do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que cria novos Tribunais Regionais Federais. Analisa também projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR)

restringindo mudanças na lei de diretrizes orçamentárias depois que for sancionada, além de projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que estabelece cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar. Também estará em votação requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que o Senado constitua comissão que realizaria diligência na fronteira do Brasil com a Colômbia.

O Senado também discutirá proposta do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que muda o papel das guardas municipais.

Maria do Carmo conclama o Senado a modificar MP

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) protestou contra a "benevolência" com que o governo está tratando as distribuidoras e empresas privadas do setor de energia elétrica, em oposição à "forma impiedosa" com que está agindo em relação à população. "As empresas serão concedidos R\$ 16 bilhões de 'seguro contra o apagão', mais R\$ 10 bilhões de recomposição tarifária extraordinária, além de R\$ 1 bilhão para cobrir prejuízos das empresas no Mercado Atacadista de Energia. Para a população restarão tarifas mais altas de energia", disse.

Ela conclamou o Senado a modificar a MP que promove esse ajuste de contas entre o governo e as concessionárias de energia elétrica. "Estou estupefata com a desfaçatez com que o governo tenta camuflar tais fatos. O Senado precisa se insurgir contra esse despautério que trará prejuízos gigantescos para nossa competitividade industrial, além de promover maciça transferência de re-

ursos da sociedade para um setor estranhamente privilegiado."

Segundo a senadora, os R\$ 27 bilhões concedidos pelo governo às empresas de energia elétrica serão pagos "sem que haja adição de um único quilowatt permanente na rede". Se fosse investido na construção de hidrelétricas, o montante seria suficiente para construir duas usinas do porte da Belo Monte, que será a segunda maior do país. "Ou seja, daria para acrescentar 22 mil megawatts permanentes", argumentou.

Para a senadora, "é uma desfaçatez" que a população esteja sendo onerada, desde dezembro de 2001, com 2,9% de aumento para consumidores residenciais e 7,9% para os demais, além de 2,3% de acréscimo a título de "encargo de capacidade emergencial", que o governo justifica como seguro contra o apagão. "Trata-se de uma inverdade, porque geradores térmicos não contribuem para evitar perturbações do sistema."

O governo está sendo respon-



Para Maria do Carmo, o Plenário "precisa se insurgir" contra a medida provisória

sável, disse, por um volume inadmissível de subsídios para liberar as empresas distribuidoras de energia de suas responsabilidades na expansão do sistema, além de lhes permitir ganhos extraordinários, em detrimento da população e do setor produtivo.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) propôs que o discurso de Maria do Carmo seja enviado aos assessores do governo na área de energia. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) protestou contra o fato de a coragem demonstrada pela população brasileira, ao ser convocada para o racionamento de energia elétrica, estar sendo agora "premiada" com a conta do ajuste para pagar.

CPI ouve diretores da Associação Amazônia

O presidente da comissão parlamentar de inquérito que apura irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs), senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), e a relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), convocaram reunião do colegiado para hoje, às 17h. A CPI das ONGs vai ouvir o depoimento de dois diretores da Associação Amazônia (AA), organização que motivou o requerimento para criação, no ano passado, da comissão. Serão ouvidos Hector Garibotti e Luiz Antô-

nio Nascimento de Souza. A Associação Amazônia é acusada de compra e venda irregular de terras na região amazônica.

A CPI está investigando, com base em denúncias, as seguintes ONGs: Napacan (Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer), suspeita de operar em conjunto com o Laboratório Novartis para forçar a compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde; Fundação O Boticário; Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem; Cooperíndio; e Associação Amazônia.

Dutra propõe amplo refinanciamento agrícola

Senador defende renegociação de todos os débitos agrícolas no país, contraídos entre 1991 e 1999, com valor máximo de R\$ 200 mil. A medida visa capitalizar o setor e deverá ser examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos

Moreira Mendes anuncia projeto de incentivo ao café

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) informou ontem ter apresentado projeto de lei que cria o Programa Especial ao Incentivo à Cultura do Café em Rondônia. O programa tem como objetivo criar linhas de crédito especiais de custeio e comercialização a fim de garantir aos produtores locais preços mínimos compatíveis com os custos de produção e com a importância da cultura na região.

Ao lado do Espírito Santo, Rondônia é um dos maiores produtores nacionais do café robusta, disse, lamentando que o café esteja com os preços em queda no mercado internacional.

— Essa tendência de queda das cotações no mercado internacional afeta negativamente a produção nacional, pois os exportadores brasileiros já venderam antecipadamente grande volume no mercado internacional a preços baixos e agora necessitam de recursos governamentais para continuar a colheita e pré-comercialização da safra — disse Moreira.

Para o senador, sem um esforço governamental, com uma política de financiamento capaz de garantir a produção e a comercialização compatíveis com os custos de produção, o setor sofrerá grandes perdas, especialmente os pequenos produtores, maioria em Rondônia — de 95 mil propriedades, 90 mil são pequenas.

O senador pediu ainda a votação, o mais rápido possível, da medida provisória (MP) que estabelece que as propriedades rurais de Rondônia tenham 80% da área como reserva legal. Na opinião de Moreira Mendes, a MP impede o desenvolvimento da região. A única saída, a seu ver, é a adoção do zoneamento socioeconômico ecológico, em que estudos técnico-científicos determinam onde pode ou não haver agricultura.

Moreira Mendes lembrou ainda que Rondônia foi colonizada por decisão do governo, que convocou brasileiros de outras regiões a trabalharem no estado, e não é justo que agora eles sejam impedidos de cultivar em suas terras.

Projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabelece refinanciamento geral de todos os débitos agrícolas do país, visando capitalizar o setor, deverá ser examinado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta de Dutra beneficia todos os créditos contratados no sistema de crédito rural, entre março de 1991 e dezembro de 1999, até um valor máximo de R\$ 200 mil, estabelecendo prazo de pagamento de cinco anos, com dois anos de carência.

Pelo que propõe o senador, os assentados dos programas de reforma agrária do governo que contraíram dívidas com o sistema de crédito agrícola terão seus débitos recalculados a uma taxa de juros de 1% ao ano, gozando também de um bônus de 40% na forma de desconto nas prestações, nos casos de adimplência (pagamento em dia das prestações).

Os miniprodutores também gozarão de uma taxa de juros de 1% ao ano no refinanciamento dos seus débitos, com bônus de adim-



No projeto, José Eduardo Dutra prevê condições específicas para assentados da reforma agrária

plência de 30% sobre o valor total de cada parcela a liquidar.

As taxas de juros no refinanciamento proposto por Dutra sobem para 2% ao ano, com bônus de adimplência de 20%, para os pequenos produtores e aqueles com renda bruta anual da atividade agrícola de até R\$ 50 mil.

Os agricultores beneficiados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) gozarão, pela proposta, de uma taxa de juros, no refinanciamento, de 3% ao ano, sem bônus de adimplência. Atualmente eles es-

tão sujeitos à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais 6% ao ano.

Para os demais produtores agrícolas, a taxa de juros prevista no refinanciamento proposto por Dutra é de 6% ao ano. Uma vez aprovada e sancionada a proposta, os bancos teriam um prazo de 90 dias para implementá-la. Não serão beneficiados pela medida os agricultores com débitos junto à Receita Federal, acusados de desviar recursos ou que tenham sido depositários infieis. Os agricultores que já tiverem pago a mais, em comparação com o que está previsto no novo sistema de refinanciamento, teriam créditos a receber.

O projeto de Dutra recebeu parecer favorável na CAE do relator, senador José Agripino (PFL-RN), para quem a proposta corrige injustiças cometidas por vários planos econômicos oficiais contra o setor agrícola. Segundo o relator, o valor total dos débitos agrícolas que deverão ser refinanciados atinge R\$ 52 bilhões, ou seja, R\$ 12 bilhões acima do Produto Interno Bruto (PIB) do setor, estimado em R\$ 39,98 bilhões.

Proposta de Carlos Wilson beneficia produção familiar

Na compra de alimentos destinados aos programas de combate à fome, o governo deve dar prioridade às unidades produtivas de caráter familiar. É o que prevê projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que deverá ser analisado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. Com a proposta, o senador Carlos Wilson quer atenuar as dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores dos assentamentos da reforma agrária na hora de colocar seus produtos no mercado.

Ao conceder parecer favorável à proposição, o relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), disse que ela vai amenizar “as injustas condições de mercado” vividas pelos pequenos agricultores, que não têm condições de enfrentar a concorrência dos grandes produtores.

A medida deverá beneficiar 542 mil famílias em todo o país, segundo estimativas feitas pelo senador Carlos Wilson. Para ele, aprovado o projeto, o governo estará atuando de forma concreta no sentido de fixar o homem ao campo, ao tempo em que estará também atuando no combate à fome.

Segundo o senador, não basta o governo distribuir a terra nos programas de reforma agrária. É preciso ir mais longe, propiciando aos pequenos produtores o mínimo de segurança na hora de comercializar o seu produto.

A CAE também deverá examinar, em caráter terminativo, proposta do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) para cobrança de tarifas especiais de energia elétrica, inferiores às de mercado, para o setor de aquíicultura, principalmente para a criação de peixes e de camarões. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES).



Medida atenua problemas dos assentados, diz Wilson

Heloísa Helena pede mudanças no seguro-safra

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu que o governo federal mude o trecho da Medida Provisória nº 11, de 2001, referente ao seguro-safra, para contemplar com maior justiça o pequeno agricultor. A MP cria um fundo para ressarcir agricultores que perderem suas safras, desde que tenham contribuído com R\$ 6 para sua composição, antes do plantio.

O governo calcula que 1,1 milhão de pequenos produtores do Nordeste e do norte de Minas Gerais serão beneficiados com esse seguro, que pagará até R\$ 600 à família que perder pelo menos 60% de sua safra. A senadora, contudo, definiu o seguro como “esmola-safra”, classificando-o como mais uma fraude montada pelo governo para enrolar o povo.

De acordo com Heloísa Helena, o governo contemplou na MP apenas as lavouras de feijão, milho, arroz e algodão. Ela quer incorporar o cultivo de lavoura



Heloísa Helena: “esmola-safra” é mais uma fraude do governo contra pequenos agricultores

branca (mandioca, inhame etc.) e folhosas, além das lavouras com projetos de irrigação à base de gotejamento ou cacimba.

— Embora o Congresso tenha aprovado esses dispositivos da forma que foram encaminhados pelo governo, eu solicito que os técnicos do próprio governo façam as alterações que são de fun-

damental importância para minimizar essa perversidade estabelecida para o pequeno produtor — pediu Heloísa Helena.

A senadora também afirmou que a perspectiva de retroatividade desse seguro é de fundamental importância, porque o pior período de safra no Nordeste foi justamente de 1996 para cá, quando muitos agricultores perderam tudo. Como a MP não contempla a retroatividade, ela diz que esses perdedores não terão acesso a nada, “nem à esmola-safra”.

Ela disse ainda que, em consequência do ajuste fiscal do governo, a maioria dos estados decidiu desmontar políticas de assistência técnica ao produtor rural. Em vista do fato de os pequenos produtores não terem como viabilizar mecanismos para não perder a produção, por exemplo, na ocorrência de pragas, a senadora quer que esses casos sejam também contemplados na MP.

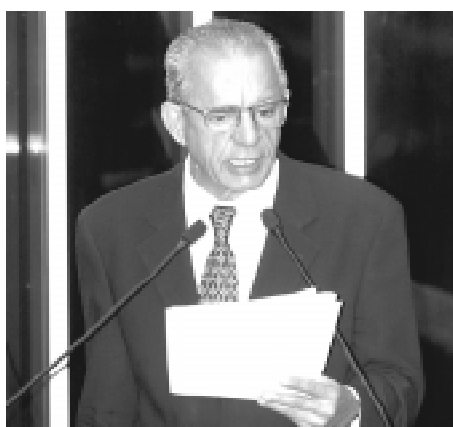
Comissão de Segurança analisa hoje relatório final

Seqüestros, participação em organização criminosa e porte de armas são problemas combatidos pelas 17 proposições em exame no colegiado

O presidente da Comissão Mista de Segurança Pública, senador Iris Rezende (PMDB-GO), convocou para hoje, às 14h, a última reunião, quando será votado o relatório final do deputado Moroni Torgan (PFL-CE). No documento, estão as 17 proposições – 14 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição – aprovadas pela comissão em dois meses de trabalho e que alteram substancialmente a legislação penal do país.

A única matéria sobre a qual não houve deliberação do colegiado foi a proposta de redução da maioria penal, de 18 para 16 anos. Iris Rezende disse que, em função da complexidade do tema, decidiu-se discutir o assunto nos Plenários da Câmara e do Senado.

A principal preocupação da comissão, conforme o deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), foi reduzir a lentidão da Justiça, responsável pela impunidade, que, por sua vez, é apontada como uma das mais fortes causas da vio-



Iris Rezende disse que debate sobre redução da maioria será feito em Plenário

lência. Com esse objetivo, a comissão aprovou sete projetos que modificam o Código de Processo Penal, para impedir o número indiscriminado de recursos e adiamentos de decisões judiciais.

PENAS MAIS SEVERAS

O colegiado também definiu penas mais duras para os crimes de homicídio, lesão corporal, seqüestro (inclusive o relâmpago). A pena para os envolvidos nesse tipo de crime foi agravada – atualmente é de seis a 15 anos de prisão e a proposta da comissão é a de que seja de 12 a 20 anos de reclusão.

Também foi aprovada punição mais rigorosa para os delitos praticados por integrantes de organizações criminosas, incluindo os relacionados com narcotráfico. Hoje, esses crimes são enquadrados como formação de quadrilha ou bando e a pena máxima é de três anos de prisão. Os parlamentares querem que a pena chegue a dez anos.

UNIFICAÇÃO POLICIAL

Dois outros temas considerados polêmicos também foram objeto de decisão do colegiado. Um deles é a questão do porte de armas, que foi relatada pelo deputado Custódio Mattos (PSDB-MG). Ficou definido que o porte será proibido para o cidadão comum, que poderá, no entanto, possuir a arma em casa.

Outro ponto é a unificação das polícias, relatado pela deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). Os parlamentares propõem que as polícias civil e militar formem, em um prazo de oito anos, uma polícia estadual. As mudanças serão graduais e os atuais integrantes das corporações manterão seus direitos e benefícios.

Lindberg Cury propõe mais rigor com traficantes

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) pediu penas mais severas para traficantes e novas campanhas de esclarecimento aos jovens brasileiros sobre drogas. Ele assinalou os avanços propostos pela Comissão Mista de Segurança Pública e pediu que a TV Senado participe das campanhas contra as drogas.

Em discurso ontem, o parlamentar elogiou as “duras medidas” aprovadas na semana passada pela Comissão de Segurança, citando entre elas a prisão preventiva obrigatória para acusados de tráfico, que não poderão mais aguardar sentença em liberdade; e a interdição dos bens de suspeitos de serem “laranjas” dos traficantes. Mas ressaltou que outros avanços ainda são necessários.

– Precisamos ainda de penas mais severas para os traficantes. Se não agirmos com presteza, corremos o risco de chegar tarde demais e perder a corrida para o tráfico organizado – afirmou

Lindberg, acrescentando ser preciso “prender os chefões do tráfico” e intensificar a vigilância, para evitar que drogas cheguem até os consumidores.

O senador levou ao Plenário dados da Polícia Federal segundo os quais o crescimento de apreensões de maconha aumentou 127% no ano passado, quando foram recolhidas 157 toneladas da droga, contra 69 toneladas capturadas no ano anterior. De acordo com a PF, 70% da maconha no Brasil é importada do Paraguai.

Lindberg anunciou também a apreensão de 4,7 toneladas de cocaína em 2000 e de 78,3 mil comprimidos de Ecstasy em 2001. No Distrito Federal, destacou, foram presas 42 pessoas sob acusação de tráfico, nos primeiros três meses deste ano, sendo que outras 58 fo-



Lindberg Cury também sugeriu mais campanhas de esclarecimentos sobre drogas

ram detidas por porte de drogas.

Para o senador, é assustador constatar serem adolescentes os traficantes de hoje. Ele citou o exemplo de um jovem de 17 anos, de classe média, preso na semana passada com 50 comprimidos de

Ecstasy e 1,5 quilograma de maconha.

Lindberg Cury citou noticiário da imprensa atestando o uso de drogas em festas e até mesmo nas escolas. Ele mencionou a grande audiência da TV Senado para acrescentar que qualquer contribuição em campanhas de esclarecimento por parte da emissora será “um trabalho da maior importância para a sociedade”, ajudando os pais a se aproximarem de seus filhos e a evitar “que eles andem em péssimas companhias”.

Carlos Bezerra quer pena maior para reduzir violência doméstica

Com o objetivo de reduzir a violência doméstica, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei propondo que as agressões praticadas contra mulheres, crianças e idosos deixem de ser consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo e assim passem a ser alcançadas pela legislação penal, com sanções mais duras.

– Não podemos considerar de menor potencial criminoso a ofensa à integridade física e mental das pessoas que são diferenciadas por fatores de sexo e idade – defende.

A proposta modifica a lei sobre os juizados especiais cíveis e criminais, que julgam contravenções penais e crimes cuja pena máxima prevista não ultrapassa um ano. De acordo com o parlamentar, no Brasil há uma falta de proteção imediata e efetiva da vítima, principalmente nos casos de crimes contra as mulheres, praticados pelo marido ou ex-marido. A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

Na justificativa da proposta, Carlos Bezerra afirma que o Brasil é criticado no exterior por não respeitar dois tratados internacionais dos quais é signatário: a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém, aprovada em 1993.

Senador condena excessos na cobrança de multas de trânsito

Ao condenar a arrecadação de tributos sem pressupostos éticos, o senador Carlos Bezerra recomendou aos Detrans e DERs (Departamentos de Trânsito) e DERs (Departamentos de Estradas de Rodagem) de todo o país que se preocupem mais com o benefício da população do que com a cobrança de multas.

Ele informou que grande parte do orçamento dos Detrans e DERs hoje é resultado da arrecadação de multas. E observou que, mesmo sem negar a validade da punição à infração, não se deve acolher arbitrariedade e voracidade do poder público em arrecadar independentemente da capacidade contributiva dos cidadãos.

De acordo com Carlos Bezerra, uma das maiores tentações do



Carlos Bezerra: Brasil é criticado no exterior por não cumprir tratados e convenções

– A nossa legislação é omissa e ineficaz. Há um descaso oficial para com a violência doméstica, que se reflete não só na legislação, mas também no próprio processo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a cujas intimações o Estado nunca respondeu, para prestar esclarecimentos – diz o senador.

Um dos casos analisados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o de uma mulher atingida por um tiro disparado pelo então marido. A mulher está paraplégica e há 18 anos luta pela punição do ex-esposo, cujo crime prescreve em dois anos.

Com a proposta, o senador procura reduzir também os obstáculos encontrados pelos organismos internacionais na busca de prevenção, repressão e sanção a crimes cometidos especialmente contra mulheres. Entre esses obstáculos estão deficiências da legislação, que não incrimina várias condutas lesivas à sociedade.

Executivo, em qualquer nível da Federação, é a de arrecadar cada vez mais em impostos e taxas que financiem suas despesas, sem preocupar-se com a racionalização do processo arrecadatório.

Muitas multas deveriam ser exceção para punir motoristas imprudentes ou irresponsáveis, afirmou, assinalando que há modos de projetar vias que exerçam o controle de velocidade pelo traçado e por obstáculos materiais ao excesso de velocidade. Em sua opinião, providências como essas deveriam ser tomadas, em vez de se ampliar a cobrança de multas.

– Há algo evidentemente errado na relação entre norma, delito, pena e punição – afirmou, recomendando campanhas educativas para diminuir esses delitos.

Alberto Cardoso fala hoje sobre atividades da Abin

Convite ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional foi feito após denúncia de que agentes teriam investigado empresa Lunus

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) ouve hoje, às 15h, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, convidado para prestar esclarecimentos sobre as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o suposto envolvimento de seus agentes em espionagem política.

O convite a Alberto Cardoso para comparecer ao Congresso foi aprovado na primeira reunião deste ano da comissão, após denúncias de que agentes da Abin teriam participado das investiga-

ções que culminaram na operação de apreensão de documentos na empresa Lunus, de propriedade da ex-governadora do Maranhão e ex-candidata do PFL à Presidência da República, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad. Na ocasião, foi encontrado R\$ 1,3 milhão no escritório da Lunus, evento que enfraqueceu a candidatura de Roseana. O senador José Sarney (PMDB-AP), em discurso em Plenário, considerou a operação ilegal e antidemocrática.

A CCAI foi criada pela lei que instituiu a Abin, em 1999, e é composta pelos líderes da maioria e

da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e pelos presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas. O deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA) representa o maior partido e o deputado João Paulo (PT-SP), a minoria da Câmara. Pelo Senado, Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, representa a maior bancada, e o líder do Bloco Oposição, Eduardo Suplicy (PT-SP), a minoria. No Senado, o presidente da comissão é Jefferson Péres (PDT-AM), e na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que também ocupa a presidência da CCAI.

Conflito no Oriente Médio vai a debate

Por iniciativa de seu presidente, senador Jefferson Péres (PDT-AM), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá promover audiência pública sobre o conflito palestino-israelense no Oriente Médio. Hoje, a partir das 17h30, a



Jefferson propõe convite a dirigentes do Shalom-Salam-Paz

Ainda nesta reunião, a CRE

deverá decidir convidar o diretor-geral da Organização para Proscrição das Armas Químicas (Opaq), José Maurício Bustani, a prestar esclarecimentos sobre as tentativas do governo dos Estados Unidos de afastá-lo do cargo. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

Duas indicações no meio diplomático também deverão passar pelo crivo da CRE. Está em pauta o exame da escolha do embaixador do Brasil junto à República da Áus-

tria, Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador brasileiro junto às Repúblicas Eslovaca e da Croácia. Da mesma forma, a comissão irá pronunciar-se sobre a indicação do atual embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, Marco Antônio Diniz Brandão, para acumular a representação diplomática brasileira no Reino do Camboja e na União de Mianmar (ex-Birmânia).

Seis projetos de decreto legislativo estão em pauta, como o que aprova o texto do tratado sobre a transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial firmado entre o Brasil e o Paraguai.

Quintanilha cobra posição em defesa da paz

O governo brasileiro deve manifestar posição firme em defesa do processo de paz e contra a intensificação do conflito entre israelenses e palestinos, defendeu o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). Para ele, é preciso construir um plano de pacificação a ser conduzido de forma neutra pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um plano de paz para a região, disse, consiste na negociação imediata do cessar-fogo e no envio de observadores internacionais para monitorar as ações de is-

raelenses e palestinos. Espera-se, afirmou Quintanilha, que as lideranças mundiais se unam na busca de uma solução ampla que dê fim às disputas históricas entre muçulmanos e judeus: "Uma solução que passe pela consolidação do Estado palestino, única forma de desarmar os ânimos".

Quintanilha advertiu que os reflexos da radicalização do conflito



Quintanilha defende o fim de disputas entre muçulmanos e judeus

são desastrosos para todo o mundo, inclusive para o Brasil.

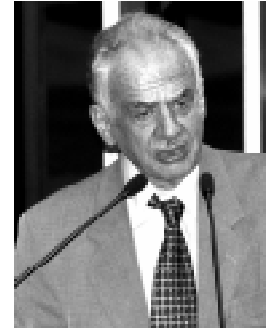
— Instalou-se o caos naquela região. Milhares de vidas inocentes estão sendo ceifadas. Crianças estão morrendo sem ao menos terem alcançado discernimento para entender as disputas político-ideológicas que envolvem os dois povos.

Simon condena cobertura da mídia ao golpe na Venezuela

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem o desempenho da mídia na cobertura da destituição e posterior retorno ao poder do presidente da Venezuela, Hugo Chavez. Segundo o senador, o que houve na Venezuela foi um golpe executado pelos empresários, com o apoio de militares e da própria mídia. Posteriormente, destacou, o presidente eleito democraticamente retornou ao governo por pressão de setores das Forças Armadas apoiados por amplos segmentos da população pobre daquele país.

— Que a grande mídia nacional e internacional veja o escândalo que ela fez na Venezuela. Em primeiro lugar, ela apoiou o golpe, abriu suas baterias para desmoralizar o governo democrático e deu apoio a todos os atos, rápidos mas cruéis, praticados pelos golpistas, como fechar o Congresso e o Supremo Tribunal.

Simon também condenou a forma como a mídia, "dominada pelas grandes empresas de comunicação norte-americanas", escondeu os fatos que marcaram o processo político depois que o empresário Pedro



Pedro Simon: mídia apoiou o golpe na Venezuela

Carmona, presidente da Federação dos Empresários, assumiu o poder por 48 horas. Conforme o senador, os meios de comunicação "não deixaram aparecer nenhum fato ou indício de que o golpe estava caindo".

O senador acusou o presidente norte-americano George W. Bush de fazer coro com a mídia e disse que a posição do presidente Fernando Henrique foi ambígua.

— Primeiro, ele lamentou o que aconteceu, e essa foi uma boa atitude. Mas, em seguida, ele pediu a realização de eleições o mais breve possível, indicando haver aceito o golpe que fechou o Legislativo e a Corte Suprema — observou o senador. Para Simon, os fatos ocorridos na Venezuela são exemplo do que a mídia pode fazer com a vida política de um país. "A América Latina caminha em um fio de arame para consolidar a democracia", afirmou, ressaltando que o continente viveu, no fim de semana, um dos acontecimentos mais importantes da sua história.

Os senadores Luiz Otávio (PPB-PA) e Lindberg Cury (PFL-DF) apoiaram Simon.

Ademir espera que o Brasil rejeite resolução contra Cuba

Como líder da bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o senador Ademir Andrade (PA) repudiou manobra realizada pelos Estados Unidos, que, não tendo assento na Comissão de Direitos Humanos na ONU, fizeram com que o Uruguai apresentasse projeto de resolução designando uma delegação da comissão para realizar inspeção em Cuba com o objetivo de avaliar a prática do país relativa aos direitos humanos. Ademir espera que o Brasil se posicione "frontalmente contra essa resolução".

De acordo com o senador, a proposta foi apresentada no último dia 10, em Genebra, na 48ª reunião da comissão, e teve a assinatura de mais nove países: Canadá, Argentina, Peru, Costa Rica, Guatemala, El



Ademir: Cuba é uma espinha atravessada na garganta dos EUA

Salvador, Panamá, Nicarágua e Honduras. A subscrição dos governos desses países à proposta uruguaia não significa a adesão das respectivas sociedades ao texto assinado. Exemplo disso é que o Congresso da Argentina aprovou uma resolução para que o país se abstenha de condenar Cuba, explicou.

— Não é possível que o mundo, particularmente a América Latina, se dobre ao poder de pressão dos norte-americanos, como se eles fossem os senhores de tudo.

Segundo Ademir, Cuba é, há mais de quatro décadas, uma espinha atravessada na garganta dos americanos, que lutam para derubar Fidel Castro.

Jucá destaca atualização da lei do MP de Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) saudou a publicação atualizada da Lei Orgânica do Ministério Público de Roraima, sancionada em 1994, e ressaltou que, em suas disposições gerais, a lei estabelece que o papel essencial do Ministério Público consiste na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais.

Conforme a lei orgânica, os órgãos de execução do Ministério Público de Roraima estão comprometidos com os deveres previstos na Constituição, que enfatiza a promoção exclusiva da ação penal pública, além do zelo pelo respeito aos poderes públicos, afirmou o senador. De acordo com Jucá, a legislação também incorpora a proposição de ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos do estado e dos municípios.



Romero Jucá elogiou o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público

Cabe ainda ao Ministério Público de Roraima exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abrigam idosos, adolescentes ou portadores de deficiência, informou.

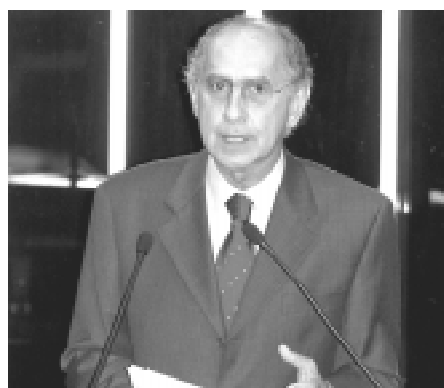
Ao elogiar o atual procurador-geral de Justiça, Fábio Bastos Stica, e o secretário-geral do Ministério Público, Edson Damas da Silveira, o senador qualificou de excelente o trabalho executado pelo órgão.

Mauro Miranda aponta risco de nova crise cambial

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou o governo para os perigos que o país corre de enfrentar uma nova crise cambial, em virtude da vulnerabilidade das contas externas brasileiras. Para que isso não ocorra, observou, é preciso mudar o eixo do desenvolvimento nacional, ou seja, deixar de captar constantes empréstimos estrangeiros e incentivar a poupança interna.

Mauro Miranda disse que a "euforia" na captação de recursos externos traz, geralmente, uma crise no balanço de pagamentos, agravando ainda mais o custo social brasileiro, principalmente com relação à estagnação econômica e ao aumento do desemprego. "Em virtude dessa vulnerabilidade externa, o Brasil trabalha para pagar aos outros, enquanto deixa a população desassistida e à mingua de recursos", acrescentou.

Ele observou que o problema econômico e financeiro do país é tão grave que a dívida externa aumentou 62% de dezembro de 1993 até dezembro de 2000, sal-



Mauro: Brasil trabalha para pagar dívida e deixa população desassistida

tando de US\$ 145 bilhões para US\$ 236 bilhões. No ano passado, informou Mauro Miranda, a despesa com juros da dívida externa atingiu R\$ 35,5 bilhões, ou seja, 8% superior ao que o país gastou, no período, com saúde, educação, reforma agrária, saneamento e habitação.

— Se o país não tivesse as despesas que tem com os juros da dívida externa poderia dobrar os gastos sociais — comentou Mauro Miranda, ao alertar para os riscos de o Brasil converter-se em outra Argentina que, com o endividamento externo, observou, comprometeu o futuro de seu povo e a viabilidade de seu governo.

Otávio defende crédito para profissional recém-formado

Proposta de iniciativa do senador destina recursos do BNDES, com juros baixos, para diplomados pelas universidades do Norte e Nordeste

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) solicitou ontem, em Plenário, apoio para a aprovação dos projetos de sua autoria que se encontram em tramitação na Casa. Ele relacionou os que considera mais importantes, como o projeto de lei que institui o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado a beneficiar recém-formados pelas universidades do Norte e Nordeste, com juros inferiores aos de mercado e carência de dois anos.

Outro projeto citado pelo senador é o que permite o ingresso de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis). "Assim, os cidadãos brasileiros poderão saldar as suas dívidas fiscais e as relativas a encargos sociais, livrando-se dessas inadimplências que, por falta de recursos financeiros, não podem ser resolvidas de imediato e que causam sérios problemas às pessoas enquadradas nessa situação", explicou. O projeto já está na pauta da



Luiz Otávio também pediu apoio para seu projeto que inclui pessoa física no Refis

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem parecer favorável do senador Amir Lando (PMDB-RO). O senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou que profissionais liberais também têm dívidas tributárias e poderiam se beneficiar de um programa que tem ajudado muito aos pequenos e médios empresários.

DEVOLUÇÃO DE TAXAS

Luiz Otávio destacou ainda o projeto que obriga a devolução de taxas de inscrições dos concursos públicos que deixam de ser realizados e o que proíbe às concessionárias de serviços de abastecimen-

to de água e de saneamento a cobrança de tarifa referente ao esgotamento sanitário, onde não houver estrutura para a prestação efetiva desse serviço. "Essas empresas cobram uma tarifa por um serviço que não é de fato prestado à população, o que concorre imprópriamente para o enriquecimento das referidas concessionárias", afirmou.

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria também se acham em tramitação. Uma modifica a aplicação do Fundo Constitucional do Norte, propiciando a aplicação de seus recursos no financiamento da construção de infra-estrutura necessária à atração de investimentos produtivos na região. A outra cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém, e deverá ser debatida por ocasião da discussão e da votação da reforma do judiciário.

Luiz Otávio ressaltou requerimento em que propõe a criação de uma comissão especial temporária para reunir, ordenar e sistematizar a legislação vigente e em tramitação no Congresso Nacional de forma a elaborar o Estatuto do Idoso, nos moldes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para Mozarildo, Brasil tornou-se zona franca no setor farmacêutico

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) denunciou a falta de uma política industrial para o setor farmacêutico, o que tem provocado, segundo ele, uma "abertura comercial inconsequente" que transformou o país "em uma espécie de zona franca farmacêutica". Isto, afirmou o senador, "jogou na lona a indústria nacional".

Citando dados da revista *Di-nheiro*, Mozarildo informou que em dez anos as importações no setor farmacêutico saltaram de US\$ 50 milhões para US\$ 2,5 bilhões. A participação dos estrangeiros na área farmacêutica, disse o senador, passou de 1% para 30% no mesmo período.

Mozarildo disse que embora

tenham sido tomadas algumas medidas bem intencionadas nessa área, "erros crassos" acabaram por inviabilizá-las. Ele citou como exemplo o caso dos genéricos que, com preços mais baixos deveriam atrair para o mercado cerca de 55 milhões de novos consumidores. Observou, no entanto, que o governo zerou as alíquotas de importação de remédios e insumos, permitindo a entrada de US\$ 2,5 bilhões em medicamentos por ano, com conseqüências na balança comercial.

— O Brasil tem todas as condições de produzir aqui todos os genéricos e assiste à entrada dos importados prontos, direto das matrizes dos grandes

laboratórios internacionais, sem qualquer tipo de controle — lamentou o senador, acrescentando que para os laboratórios nacionais "resta a opção de fechar suas portas".



Mozarildo: estratégia do governo "jogou na lona" a indústria nacional



Roosevelt Pinheiro

Francelino defende "a integração do norte de Minas ao resto do Brasil e ao Mercosul"

Francelino Pereira anuncia encontro sobre rodovias

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ao Senado a realização do 2º Encontro das Estradas – A Integração do Brasil, em Montes Claros (MG), nos dias 18 e 19. Na ocasião, serão discutidas a recuperação e a construção de rodovias que permitem a integração da Região Nordeste do país com o Centro-Sul, de forma a facilitar a exportação da produção do norte de Minas.

– Estou convencido de que as conclusões do encontro constituirão um roteiro seguro para que os governos federal, estadual e municipal possam, em definitivo, enfrentar o desafio de complementar a integração do norte de Minas ao resto do Brasil e ao Mercosul, através dos pequenos, médios e grandes eixos rodoviários – afirmou.

Francelino destacou que o evento é organizado por lideranças da indústria, do comércio e da agricultura de Minas Gerais e da região de Montes Claros e irá contar, entre outras autoridades, com a presença do ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, e dos senadores José Alencar (PL-MG) e Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Rocha pede urgência para restrição ao uso de silicone

Senador comenta morte ocorrida na Bahia e diz esperar que até junho o país tenha uma legislação para punir as irregularidades nessa área

Ao comentar um caso de morte pelo uso inadequado de silicone líquido injetável, ocorrido em Salvador (BA), o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu que os líderes partidários votem na sessão deliberativa de hoje requerimento de urgência para o projeto de lei que restringe a utilização do produto em seres humanos.

O parlamentar explicou que a proposta não proíbe a aplicação de prótese de silicone no organismo humano, mas pune com prisão de dois a seis anos os responsáveis pelo uso irregular. Segundo ele, o silicone industrial, próprio para polimento de automóveis e outras aplicações desse tipo, tem sido utilizado por leigos no organismo humano, colocando em risco a vida dos usuários.

A proposta, que tem o próprio Sebastião Rocha como relator, está



Roosevelt Pinheiro

Sebastião Rocha é relator do projeto que restringe o uso humano de silicone

tramitando na Comissão de Assuntos Sociais e ainda irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de ser apreciada em Plenário. O texto também deve proibir a aplicação de prótese de silicone em menores de 18 anos. A proibição, apresentada como emenda pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), é limitada à aplicação para fins estéticos,

sendo seu uso para correção de anormalidades liberado.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) considerou oportuno o alerta de Sebastião Rocha, pois no país não há estatísticas sobre mortes por uso indevido do silicone. "É importante que os parlamentares fiquem de antenas ligadas para aprovar esse projeto", afirmou Lindberg.

Conforme Rocha, se a urgência for aprovada e o Senado votar rapidamente a matéria, a Câmara poderá apreciá-la de forma que até junho o país tenha uma lei que discipline o uso do silicone "e que possa punir esses casos exemplarmente, inclusive com a prisão dos que cometem esse tipo de crime".

Na presidência dos trabalhos de Plenário, o senador Edison Lobão (PFL-MA) enfatizou a importância da proposta e defendeu sua aprovação pelos senadores.

Cândido reclama recursos para hospitais do Rio

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) denunciou a "irresponsabilidade" do governo estadual, que, em sua opinião, não teria, nos últimos anos, tomado medidas concretas a favor dos hospitais do estado do Rio de Janeiro, prestes a fechar as portas. De acordo com o senador, a legislação que rege o Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece que somente os governos locais podem gerir hospitais,



José Cruz

Cândido: situação dos hospitais contraria o que diz a Constituição

"mas temos que garantir os recursos para essa gestão".

A municipalização dos hospitais colaborou para o agravamento da crise, no entendimento do senador. Com isso, a população não pode contar com o atendimento local e tem de procurar ajuda médica nos grandes centros urbanos.

Geraldo Cândido citou o caso do Hospital Geral de Nova Iguaçu, que

ficou fechado durante cinco anos e só foi aberto depois de muita luta e reivindicação da população. "Apesar da falta de material, o hospital atende à população carente da região de Posse, Nova Iguaçu, que soma mais de 3 milhões de habitantes", ressaltou.

Tal situação não é o que está determinado na Constituição, enfatizou Cândido. Pela Carta, a saúde é direito de todos e dever do Estado, que, por meio de políticas sociais e econômicas, deve reduzir o risco de doença e assegurar "acesso universal igualitário às ações e serviços".

ILB e SAMS promovem semana de odontologia

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promove, juntamente com o serviço de odontologia e o centro de estudos da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (SAMS), a segunda semana de odontologia, de 22 a 26 deste mês. Durante a semana, serão ministrados cursos específicos da área de odontologia por especialistas e profissionais de Brasília, do Rio e de São Paulo.

No último dia do evento, na sede da SAMS, serão recebidas 100 crianças, com idade de cinco a dez anos, das escolas Madre Paulina do Paranoá e Café sem Troca, da área rural Quebradas dos Neres, bem como filhos de funcionários da Casa. As crianças participarão de uma atividade chamada "escovódromo", na qual aprenderão, por meio de explicações teóricas e demonstração prática, como cuidar de seus dentes.

Regras sobre as eleições em debate no Senado

"Eleições 2002: As Regras do Jogo Fazem o Vencedor?" é o tema do debate que será realizado quinta-feira, na sala 3 da Ala Nilo Coelho, do Senado Federal. Entre os debatedores estarão os consultores do Senado Arlindo Fernandes de Oliveira e Caetano Ernesto de Araújo e o jornalista da Agência Senado Cezar Motta. A moderadora da discussão será Eliane Cruxên Maciel, consultora legislativa do Senado.

Lúcio Alcântara lamenta morte de advogado cearense

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou a morte do advogado cearense José Bonifácio Câmara, um apaixonado por livros e parente do folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo. Falecido em 12 de fevereiro, Bonifácio tinha 6 mil livros sobre o Ceará na biblioteca do apartamento onde vivia havia 50 anos, no bairro carioca do Flamengo.

– Seu falecimento deixou-nos órfãos, pois todos nos sentíamos em casa em seu território sagrado de livros. Sua obra perdurará – disse Alcântara.

José Bonifácio Câmara nasceu em 9 de maio de 1921, em Maranguape (CE). Interessou-se por livros depois de mudar-se para o Rio de Janeiro, na década de 50, quando começou a colecionar títulos sobre o estado natal. "A biblioteca foi ganhando força à medida que José Bonifácio Câmara passava a ser conhecido como colecionador de obras dessa natureza", afirmou Alcântara.

Gerência das universidades públicas preocupa Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propôs uma discussão sobre a qualidade da gerência financeira das universidades públicas como ponto de partida para uma avaliação mais isenta sobre a chamada crise no ensino superior. O senador afirmou que o Brasil investe bastante no ensino público – o correspondente a 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB), ou cerca de

R\$ 16 bilhões em 2000.

Desse total, afirmou o senador, 47% – quase R\$ 8 bilhões – foram destinados ao ensino universitário. No entanto, em vez de ser aplicada no ensino, a maior parte dos recursos tem sido canalizada para a folha de pagamentos. Segundo o parlamentar, quase R\$ 7 bilhões são destinados ao pagamento de salários de professores, servidores, aposen-

tados e pensionistas.

– A situação agrava-se quando se sabe que muitos professores e funcionários têm requerido aposentadorias precoces com salário integral – assinalou.

Mozarildo explicou ainda que as universidades brasileiras absorvem 26% dos gastos com educação nos três níveis da esfera administrativa do país, o que supera qualquer in-

dicador de proporcionalidade.

– Quando se compara tal índice com outros apresentados por países ditos desenvolvidos, o descalabro se torna ainda mais perverso. Por exemplo, nos Estados Unidos, a maior potência do planeta, a mesma fatia corresponde a 25%; na Grã-Bretanha, a 24%; e na Alemanha, a 22% – informou o senador.